



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

REQUERIMENTO Nº , de 2013
(Da Sra. Deputada Antônia Lúcia)

Requer seja convidado o Sr. **ILDOR RENI GRAEBNER** - Secretário de Segurança do Acre e o Sr. **NILTON BOSCARO** - Delegado responsável pela Operação Delivery, para em audiência pública desta CPI esclarecerem as graves denúncias que os acusados de integrar a Rede de Exploração Sexual, denominada Delivery, fizeram ao modelo prisional adotado no Acre.

Senhor Presidente,

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal c/c art. 36 do RICD, requeiro a Vossa Excelência seja convidado o Sr. **ILDOR RENI GRAEBNER** - Secretário de Segurança do Acre e o Sr. **NILTON BOSCARO** - delegado responsável pela Operação Delivery., para em audiência pública desta CPI esclarecerem as graves denúncias que os acusados de integrar a Rede de Exploração Sexual, denominada Delivery, fizeram ao modelo prisional adotado no Acre.

JUSTIFICATIVA

Os acusados de integrar a Rede de Exploração Sexual, denominada Delivery, foram convocados para depor no dia 28 de fevereiro de 2013, em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Acre - Aleac, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar o Tráfico de Pessoas no Brasil suas causas, consequências e apurar possíveis envolvidos com exploração de pessoas e menores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocados para oitivas, os réus Francinei de Oliveira Contreira, Adriano Macedo Filho e Jardel Lima Nogueira.

O primeiro a depor na CPI foi Jardel de Lima, preso desde outubro de 2012, que em seu depoimento alegou não saber da existência de ligação de pessoas influentes da política na operação Delivery. Jardel acusou o delegado da Operação Delivery Nilton Boscaro de coação, afirmando que a autoridade policial o intimidou com uma arma durante sua prisão, na tentativa de obter nomes de possíveis acusados de envolvimento com a quadrilha de aliciadores.

Ao final do depoimento, o deputado Arnaldo Jordy pediu ao Secretário de Segurança Pública que os depoentes tenham mais segurança nos presídios por conta das graves denúncias que eles fizeram ao modelo prisional adotado no Acre.

Logo após o pedido, a comissão convocou para depor, o réu Franciney de Lima. Segundo ele, antes de depor na delegacia já teriam pessoas pressionando para incriminar com uma lista de nomes. Relatando sobre sua prisão, ele afirmou que sofreu tortura psicológica na delegacia. “Eu fui praticamente torturado. Da forma como eu estava sendo tratado, eu incriminaria até minha mãe. Não somos aliciadores de crianças ou maiores”, destacou.

Portanto, pelas acusações que os réus da Operação Delivery, fizeram ao modelo prisional adotado no Acre, conto com o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste requerimento de audiência pública para o esclarecimento destes pontos aqui expostos.

Sala das Sessões, de março de 2013.

Deputada **ANTÔNIA LÚCIA**
PSC/AC